

Nesta edição:



- 2 Editorial e Cartas
- 3 Novo regulamento a caminho
- 4 Funsejem institui conselho inédito
- 6 Evite a osteoporose na adolescência
- 7 Funsejem apresenta os resultados de 2002
- 8 Fundação e o novo código civil



FUTURO

Informativo Funsejem • Fundação Sen. José Ermírio de Moraes
mar/abr 2003 • ano 2 • nº 10

Pela primeira vez, Funsejem institui Conselho Fiscal

A criação do Conselho Fiscal já estava prevista no regulamento da Funsejem, mas somente após o final das eleições, em janeiro deste ano, o órgão foi instituído com os representantes escolhidos pelos participantes e os membros indicados em assembléia de patrocinadoras.

A atitude inédita visa assegurar ainda mais eficiência à gestão da Fundação. Até o momento, a entidade dispunha do Conselho Deliberativo e da Diretoria para pôr em prática as normas da Funsejem. Com o novo conselho, as ações econômico-financeiras, principalmente, ganham mais atenção. As demonstrações financeiras e contábeis são realizadas por consultoria externa, mas caberá ao Conselho Fiscal, a partir de agora, examiná-las e aprová-las.

A expectativa quanto ao desempenho desse conselho e sua contribuição à administração da Fundação é positiva. Isso é o que mostram as declarações de alguns dos novos conselheiros feitas à entrevista publicada nas páginas 4 e 5 desta edição. São eles: Antonio Felix Dilinski, Jorge Juliano de Oliveira e Carlos Yoshio Fugihara; presidente, vice-presidente e conselheiro, respectivamente. ▶



Antonio Felix Dilinski, presidente do Conselho Fiscal

Novo salário mínimo altera empréstimos com a Funsejem

O novo salário mínimo foi fixado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 31 de março, tendo entrado em vigor já no dia seguinte.

A mudança afeta os limites de concessão de empréstimos pela Funsejem, mas para melhor. Pelo regulamento da Fundação, o valor mínimo a ser concedido a um participante é de um salário mínimo e o máximo, de 18 salários. Sendo assim, o menor empréstimo adquirido na Funsejem passou de R\$ 200,00 para R\$ 240,00, enquanto o maior pulou de R\$ 3.600,00 para R\$ 4.320,00. É importante ressaltar que para ter direito a um empréstimo o participante precisa ter contribuído para a Funsejem por, pelo menos, 12 vezes consecutivas e já ter quitado empréstimo anterior em caso de um já ter sido requisitado. ▽

EDITORIAL

O segmento de Previdência Privada no Brasil tem ainda muito a desenvolver. Um dos motivos que certamente alavancarão o setor diz respeito à insegurança dos contribuintes na Previdência Social Oficial, já bastante desacreditada pelo brasileiro. Outra preocupação decorre da possibilidade das regras atuais, que asseguram um benefício mínimo ao contribuinte, serem atingidas pela reforma previdenciária iminente, reduzindo ainda mais serviços e rendimentos.

Esses fatores têm sido determinantes para que os contribuintes, objetivando a continuidade do padrão de vida, numa fase madura, passem a aderir cada vez mais a um plano de Previdência Privada, através do qual poderão programar sua remuneração futura. Isso porque ao aderir a um plano, o pretendente é cientificado dos requisitos que regulam sua admissão e a manutenção de sua qualidade de participante, bem como os requisitos de elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios, possibilitando uma análise mais segura de seu investimento. Além disso, sua participação ocorrerá em um plano onde a transparência e a confiabilidade na instituição e seus representantes são princípios primordiais.

É preciso ressaltar que após a entrada em vigor da Lei Complementar 109, de 29/05/01, houve um fortalecimento da proteção ao usuário, consumidor final dos benefícios da Previdência Privada. Através de mecanismos implementados, a segurança jurídica e a estabilidade se fortaleceram, no sentido do recebimento garantido dos benefícios. Consolidaram-se também com a atuação mais efetiva dos representantes de participantes, eleitos diretamente, que a partir de agora poderão levar aos gestores da Funsejem experiências, anseios e dúvidas desses mesmos participantes que os elegeram.

Para finalizar, gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer a todos a oportunidade de representá-los no Conselho Deliberativo e assim constituir mais um elo de ligação entre participantes e instituição.

Smila Carvalho Correa de Melo
Advogada da Votorantim Participações de Recife (PE)



Vicente Avella

EXPEDIENTE

O jornal da Funsejem, Fundação Sen. José Ermírio de Moraes, **FUTURO**, é uma publicação bimestral distribuída a todos os funcionários do Grupo Votorantim participantes do plano de previdência da Funsejem.

Presidente do Conselho Deliberativo: Eduardo Cavalcanti de Oliveira Maciel.

Presidente do Conselho Fiscal: Antonio Felix Dilinski.

Diretor Superintendente: Paulo Roberto Pizauro.

Diretores: Célia Maria Christofolini Picon e Luis Sérgio Gandolfi.

Gerente de Previdência Privada: José Serafim de Freitas.

Jornalista Responsável: Cintia Santos, MTb nº 31.062.

CARTAS

"Gostaria de cadastrar o meu código e minha senha para acesso à minha conta e como sugestão: vocês poderiam deixar disponibilizado o cadastro da senha, com alteração da mesma, no menu principal do site".

Mauro Celestino Pereira, CMM – Três Marias/MG

"Parabéns pela forma de divulgação adotada, deixando-nos sempre bem informados".

Guilherme Simões Ferreira, Siderúrgica Barra Mansa – Brasília/DF

"Senhores, sou participante do VCPPREV desde o seu início em nossa unidade e gostaria de saber quando terei direito à aposentadoria".

Adilson Roberto Cruz, VCP – Luiz Antonio/SP

R: "Sr. Adilson, os participantes do plano VCPPREV têm direito a um benefício de aposentadoria ao preencherem, na data de desligamento da empresa, todos os seguintes requisitos:

- ter no mínimo 55 anos de idade;
- ser elegível a um benefício pelo INSS;
- ter mais de 10 anos de serviço contínuo no grupo".

Luciana Santos Pereira, analista de previdência da Funsejem

Mande suas dúvidas, sugestões, críticas e elogios para a Funsejem.

Praça Ramos de Azevedo, 254 – 5º andar
CEP 01037-912 – São Paulo, SP.

Escreva no envelope: "Carta para o Jornal Futuro".

E-mail: funsejem@vmetais.com.br

www.funsejem.org.br - **Fale com a Gente**

Tels.: (11) 3224-7041 / 3224-7043
3224-7097 / 3224-7281 / 3224-7395

Fax: (11) 3224-7023



FUNSEJEM INFORMA

Base dos dados: Março de 2003

Número de Participantes

Ativos: 21.322

Assistidos (Aposentados): 77

Pensão por morte: 8

Autofinanciados: 14

Aplicações Financeiras

Fundos de investimentos:

FAC Ágata R\$ 32.359.005,68

FAC Safira R\$ 33.151.803,13

FIF Tesor R\$ 14.186.731,83

LFT's: R\$ 1.447.124,97

Empréstimos: R\$ 903.978,52

Projeto Gráfico: Adriana Yamauti Ferreira.

Edição de Arte: Arbore Comunicação Empresarial.

Fotolito e impressão: Vox Editora.

Tiragem: 20 mil exemplares. Distribuição interna e gratuita. Esta edição foi impressa em papel Couché Lumimax Brilho 150 g/m², produzido pela VCP.

Funsejem: Praça Ramos de Azevedo, 254 – 5º andar, CEP: 01037-912 São Paulo, SP.

Tels.: (11) 3224-7041 / 3224-7043 / 3224-7097 / 3224-7281 / 3224-7395.
Fax: (11) 3224-7023.

Novo plano para a Funsejem

No dia 26 de março, a diretoria da Funsejem se reuniu para acertar os últimos detalhes do novo regulamento a ser encaminhado à Secretaria de Previdência Complementar (SPC) em maio.

Com as mudanças, a aposentadoria postergada deixará de existir (leia nota sobre mudança em sua regra na página 8) e o benefício proporcional diferido (BPD), a portabilidade e o sistema multicotas serão incluídos.

O BPD permitirá ao participante manter seu saldo acumulado na Fundação ao se desligar da empresa e resgatá-lo em forma de benefício de aposentadoria apenas ao preencher os requisitos para tanto. Neste caso, ele não precisaria continuar com seus depósitos, nem arcar com os da patrocinadora.

A transferência do saldo da Funsejem para outro fundo será possível ao participante que se desligar da empresa com a instituição da portabilidade, assim que a SPC regulamentar a regra de cálculo do valor a ser portado.

Quanto ao sistema multicotas, serão três as possibilidades de investimento dadas ao participante que quiser opinar sobre a aplicação de seu saldo: conservadora, moderada e agressiva. A opção poderá ser alterada anualmente no mês de outubro, para vigorar durante o ano seguinte.

Aguarde, pois a SPC receberá o novo plano da Funsejem em breve. Feito isso, nos restará apenas torcer por sua rápida aprovação. ↴

APLICAÇÕES

Novo ano com pé direito!

A Funsejem começou o ano de 2003 com o pé direito. Em fevereiro, o patrimônio da Fundação (total dos recursos aplicados no mercado financeiro) cresceu 4% em relação a janeiro. Para se ter uma idéia de performance, no mesmo período do ano anterior o crescimento foi de 2%.

A valorização da cota também foi positiva e regular, sendo de 2,06% e

Acompanhe seu empréstimo no site

A página de empréstimo do site apresenta uma área, chamada de histórico, em que constam informações importantes para o acompanhamento de um empréstimo em andamento (veja exemplo).

A tabela de dados aparece abaixo do nome do participante e se inicia com a data de pedido de empréstimo. Em seguida, mostra o valor solicitado, o número de vezes escolhido para pagamento e, em *Período Atual*, a parcela a ser quitada no mês checado. Há, ainda, itens que informam se o pagamento foi antecipado e mais três saldos.

O primeiro, *de contrato*, é o devedor, mas seu valor desconsidera o da próxima parcela a ser paga e que está apresentada a seguir, em *saldo de cobrança*. O terceiro saldo é o *devedor*. Este inclui o valor da parcela apresentada anteriormente em saldo de cobrança, levando em conta a possibilidade de ela não ser quitada. A última informação da tabela vem em *Total* e indica o número de empréstimos já solicitados pelo participante.

O acesso ao histórico é simples. Na primeira página do site da Funsejem (www.funsejem.org.br) o participante deverá digitar código e senha (os que ainda não os têm, devem solicitá-los pelo *Fale com a Gente* do site). A tela de dados cadastrais aparecerá, havendo, acima dela, opções de consulta ao saldo, histórico (de contribuições) e empréstimo. Clique nesta e, por fim, em histórico de empréstimos. ↴

NOME DO PARTICIPANTE

Data	Valor	Número de Parcelas	Período Atual	Pagamento Antecipado	Saldo Contrato	Saldo Cobrança	Saldo Devedor
31/03/02	R\$ 250,00	10	10	Não	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
28/02/03	R\$ 400,00	10	1	Não	R\$ 370,01	R\$ 41,11	R\$ 411,12
TOTAL: 2							

2,09% para janeiro e fevereiro, respectivamente.

Agora veja o desempenho da Funsejem em relação a alguns indicadores econômicos. ↴

2003	Rentabilidade Funsejem		Poupança	CDI bruto	IGP-DI
	Aplicações financeiras	Cota líquida			
Janeiro	2,11%	2,06%	0,99%	1,96%	2,17%
Fevereiro	1,98%	2,09%	0,91%	1,83%	1,59%
Março	1,89%	(*)	0,88%	1,77%	1,66%

(*) Valor ainda indisponível até o fechamento desta edição.

Depois das eleições, Funsejem membros e instala o C

Da criação da Funsejem, em 1994, até o início deste ano a Fundação contou, para sua gestão, com o Conselho Deliberativo e a Diretoria. A instituição do Conselho Fiscal, em 24 de fevereiro, no entanto, adicionou à Funsejem um importante aliado administrativo. As ações de cada órgão, a partir de agora, serão organizadas de maneira mais eficiente, cabendo ao novo conselho cuidar da gestão econômico-financeira e fiscalizar o cumprimento das diretrizes da Fundação.

As tarefas são de grande responsabilidade e para Antonio Felix Dilinski, presidente do Conselho Fiscal, esse é o grande desafio da nova experiência. “O novo conselho tem uma grande valia pelo papel que exerce, ainda mais na Funsejem, pelo patrimônio que tem (R\$ 82 milhões) e seus quase 20 mil participantes”, diz. A preocupação de Dilinski estende-se à expectativa dos participantes em relação à aposentadoria, pois eles confiam à entidade o futuro deles.

Apesar da empreitada que tem pela frente, o presidente sente-se à vontade. Há 12 anos na Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), sempre em auditoria e

atuando como gerente da área desde 1999, ele vê a experiência profissional como um grande facilitador. As atividades desempenhadas no Conselho Fiscal são semelhantes às tomadas no dia-a-dia. “Mas elas não se confundem. A Funsejem já tem uma auditoria, nossa função será ratificar o parecer dos auditores”, salienta Dilinski. Uma reunião, aliás, já lhe serviu de teste e para ter uma idéia do que lhe espera. Na ocasião, junto com os outros membros do conselho, revisou e aprovou as demonstrações financeiras e o parecer da auditoria. “Foi tranquilo. Apesar de atuar pela primeira vez em um conselho, como disse, tenho traquejo para o órgão fiscalizador”.

Essa segurança também é notada em Jorge Juliano de Oliveira, vice-presidente do Conselho Fiscal, que tem 11 anos de Votorantim e, tal como Dilinski, sempre na área de auditoria. Seu perfil, segundo ele, lhe confere a capacidade mínima de avaliar as documentações econômico-financeiras da Fundação. A intenção, no entanto, é não se limitar a esse papel, mas participar de forma mais efetiva no conselho, com recomendações à diretoria. “A criação do Conselho Fiscal significa um progresso considerável e de grande responsabilidade, principalmente depois do crescimento da Funsejem de 2001 para cá”, diz ele.

Para o atual gerente de auditoria da Votorantim Participações (VPAR), a familiaridade com o plano da Funsejem será mais um ponto a seu favor. Parte dela surgiu da demanda de informações por participantes e outra no momento em que a Fundação discutia a mudança do tipo de contribuição adotada, de benefício definido para contribuição definida. Oliveira ajudou a formular o levantamento que concluiu a impossibilidade de se manter em vigor o antigo modelo sem que a igualdade na distribuição de renda fosse prejudicada.

A expectativa do vice-presidente em relação à comunicação entre participantes e Conselho Fiscal é positiva. “É mais um canal de mão dupla que estamos criando com esse novo conselho”, diz ele, que quer trabalhar para aproximar cada vez mais a entidade dos participantes. “É difícil estarmos perto dos que trabalham nas fábricas. Como eles não nos conhecem, seria interessante, então,



“As tarefas são de grande responsabilidade...pelo patrimônio e pelos quase 20 mil participantes da Funsejem”

Antonio Felix Dilinski, presidente do Conselho Fiscal

indica novos Conselho Fiscal

contatarmos os funcionários líderes desses locais para que eles fizessem a ponte na comunicação”. A intenção de Oliveira é contar com a ajuda desses líderes para conscientizar os participantes a respeito do percentual de suas contribuições já que serão elas as responsáveis por um bom valor de benefício de aposentadoria no futuro.

Os que ainda não aderiram ao plano da Funsejem é mais um foco, principalmente para Carlos Yoshio Fugihara, outro conselheiro fiscal. Sempre em empresas de cimento, o atual gerente de planejamento econômico da Votorantim Cimentos (VC) entrou na Cimentou Itaú em 1974, ocupando de lá para cá funções ligadas à área financeira. Ao longo desse tempo não viu, no entanto, na sociedade brasileira, discussões aprofundadas sobre a previdência. “A cultura do fundo de pensão é ainda pouco disseminada no Brasil”, diz ele. “Não há tradição. A previdência privada é uma ferramenta relativamente nova e até mesmo a discussão em torno da reforma previdenciária é recente”.

Apesar disso, há uma demanda gradual de informações dos participantes da Funsejem que tem feito Fugihara se animar e acreditar no interesse que pode surgir nos que não optaram por aderir à Fundação até então. O crescimento do plano também deve ser, para ele, um fator contagiante, tal como o empréstimo. “Iniciativas como esta impulsionam a divulgação da Funsejem, pelas vantagens que apresentam. O baixo custo é uma delas”, diz Fugihara que salienta a importância da formação de uma poupança como aspecto primordial a ser transmitido ao participante.

A regulamentação da previdência privada e a forte fiscalização existente o deixam tranquilo em relação à seriedade e à confiabilidade do segmento. “Já há uma legislação específica e a função de conselheiro nos obrigará a aprender mais ainda sobre a previdência privada. Será, sem dúvida, uma atividade para agregar conhecimentos e nos fazer cuidar melhor do bolso”, brinca Fugihara.

A contar pelo ânimo de todos, a criação do Conselho Fiscal só pode ser mesmo uma boa notícia, tanto para a Funsejem como para os participantes. 📌



“O Conselho irá trabalhar para aproximar cada vez mais a Funsejem dos participantes”

Jorge Juliano de Oliveira,
vice-presidente do Conselho Fiscal



Fotos: Vicente Avella

“A regulamentação e a fiscalização da previdência privada mostram a seriedade e a confiabilidade do segmento”
Carlos Yoshio Fugihara, conselheiro

Funções do Conselho Fiscal:

- *examinar as demonstrações financeiras, balancetes mensais, balanço anual, contas e demais aspectos econômico-financeiros;*
- *apresentar ao Conselho Deliberativo pareceres sobre os negócios, com base no balanço, no inventário e nas contas da Diretoria-Executiva;*
- *denunciar ao Conselho Deliberativo irregularidades, sugerindo medidas corretivas.*

Osteoporose: doença de adulto iniciada na adolescência

“A natureza não faria uma grande burrice”, diz José Henrique Andrade Vila, médico do Grupo Votorantim, ao explicar o enfraquecimento dos ossos ocorrido, principalmente, nas mulheres após a menopausa e conhecido como osteoporose. Mas se essa doença não é falha da natureza, é de quem, então? De nós mesmos.

A osteoporose nada mais é do que a perda de cálcio, elemento químico responsável pela formação e fortalecimento da estrutura óssea. Os mais atingidos são as mulheres após os 45 anos, pois a cessação da menstruação altera o ciclo hormonal feminino e facilita a descalcificação óssea.

Como a doença ocorre nesta fase da vida, inicialmente, a atenção restringia-se à idade adulta, com ênfase na administração hormonal. O uso indiscriminado da reposição de hormônios, no entanto, aumentou a incidência de tumores e estudos mais detalhados sobre o assunto passaram a ser realizados. Alguns deles, iniciados há anos, analisaram esqueletos do século XVIII, muito bem preservados em caixões de chumbo datados, encontrados em cemitérios de igrejas em Londres. “Os resultados mostraram que mesmo com a menopausa, a desmineralização ocorrida naqueles esqueletos era inferior à de hoje em dia, ou seja, as mulheres, atualmente, chegam à idade adulta com um estoque de cálcio menor que antes”, diz Dr. Vila. Ele acrescenta que a descoberta detectou, ainda, que os jovens de hoje também estão com uma calcificação inferior.

Os fatos levantados pelos estudos foram conclusivos e mudaram a percepção sobre a osteoporose que é, na verdade, instigada na infância, pré-adolescência e adolescência, pois é nessas fases que ocorre a mineralização óssea. Isso significa que a doença, mais comum agora, é causada pelos regimes descabidos da adolescência e fracos em cálcio, pela ingestão indiscriminada de adoçantes que dificultam a absorção deste elemento químico em nosso corpo e pela pouca exposição ao sol. A estrela faz com que a vitamina D, que também desempenha papel importante na formação óssea, libere sua substância mais ativa. A in-

tividade física é outro fator, pois não estimula a força dos ossos. E sob esse aspecto, as meninas merecem mais atenção por serem mais sedentárias em suas brincadeiras dentro de casa do que os meninos, normalmente mais agitados.

Um dado curioso foi verificar, novamente, a menopausa sendo taxada de grande vilã. Quando a incidência de doenças coronárias aumentou nas mulheres, pensou-se que uma das principais causas seria a baixa quantidade de estrogênio (o hormônio diminui na menopausa) que funcionaria como um protetor. Com o tempo, enfim, também foram associados aos problemas cardíacos femininos, o sedentarismo, o álcool e o fumo, adotados em menor escala anteriormente. “Tanto no caso de doenças do coração como no da osteoporose, é preciso salientar que a menopausa é apenas um complicador. Associados a outros, característicos dos maus hábitos de vida atual, é que esses dois problemas se agravam”, diz Dr. Vila.

Nos homens a ocorrência da osteoporose é diminuta e, no geral, relacionada a algumas doenças ou até mesmo medicações que facilitam a perda de cálcio. Mesmo assim, valem a todos as dicas a serem tomadas, principalmente, na adolescência:

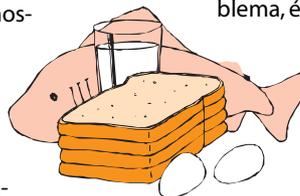
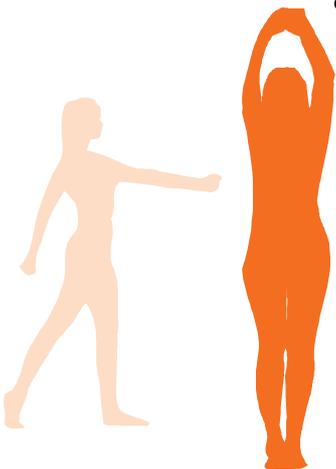
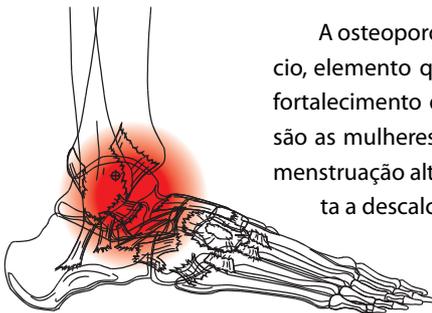
- **alimentar-se de forma apropriada com peixes, leite e derivados;**
- **evitar substâncias com cafeína em excesso (elas provocam descalcificação) e adoçantes artificiais (que dificultam a absorção do cálcio pelos ossos);**
- **tomar sol, com protetores, até as 10h e após as 15h;**
- **praticar exercícios físicos com regularidade.**

Aos que infelizmente já se deparam com o problema, é preciso buscar tratamento médico. “A reposição hormonal já é amplamente utilizada, mas cada caso deve ser discutido individualmente para que o melhor tratamento possível seja aplicado”, diz Dr. Vila.



Dr. Vila diz que alimentação adequada e exercícios físicos regulares ajudam na prevenção da osteoporose

Vicente Avella



Eleitos e indicados tomam posse

Um pouco mais de um mês depois do final das eleições, definidas pelo Corpo Social no dia 13 de janeiro, os conselheiros eleitos e seus respectivos suplentes tomaram posse. Também estiveram presentes os indicados por representantes das patrocinadoras para formar o Conselho Fiscal, instituído pela primeira vez na Funsejem que contava apenas com o Deliberativo. Este, formado em março de 2002, além dos eleitos, recebeu Luiz Koiti Numakura, para ocupar o cargo de suplente do conselheiro Ricardo Rodrigues Carvalho, no lugar de Edmar Domingues que se desligou da patrocinadora.

A posse ocorreu no dia 24 de fevereiro e já no dia seguinte o Conselho Fiscal examinou e aprovou as documentações econômico-financeiras relativas ao ano de 2002 e os resultados dos cálculos da avaliação atuarial realizados pela Consultoria Towers Perrin. O Conselho Deliberativo também analisou esses mesmos dados no dia 26 de fevereiro e ainda definiu a forma de divulgação dos demonstrativos encartados nesta edição.



Posse dos novos conselheiros contou com a presença do presidente do Conselho Deliberativo, diretores e gerente da Funsejem

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Finanças da Funsejem em detalhes

Nesta edição o **AVANÇO** traz em um encarte as demonstrações contábeis e financeiras da Funsejem relativas a 2002. A forma de divulgação foi determinada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) que com a decisão garante ao participante acesso mais fácil às informações gerais da Fundação e às específicas de cada plano – no ano passado a publicação teve que ser feita por jornal de grande circulação.

O parecer dos auditores independentes é o material principal e mostra todos os recursos da Funsejem, representados em **ativo**, e pagamentos a serem feitos, indicados em **passivo**. Os detalhes dos gastos foram incluídos e divididos entre benefícios, despesas administrativas e de aplicações. O **programa de investimentos**, por exemplo, mostra a composição da carteira da Fundação em

31 de dezembro de 2002 com as aplicações destinadas à renda fixa e variável e seu rendimento em **demonstração do resultado do exercício**. Há também o saldo dos empréstimos, indicado no item **operações com participantes**.

Apesar do aspecto financeiro, o **resumo das práticas contábeis** explica algumas expressões como benefícios concedidos, a conceder, provisões matemáticas a constituir e custeio administrativo, facilitando o entendimento. Além disso, dados que compõem uma espécie de histórico da Fundação, dispostos em **contexto operacional**, explicam seu surgimento, objetivo, origem dos recursos, número de planos e patrocinadoras que detém, quando surgiram e se retiraram, tipos de benefícios já praticados etc.

É uma boa oportunidade para inteirar-se da performance da Funsejem. **Aproveite!**

Fundos de pensão e a maioria no novo código civil

Desde 11 de janeiro deste ano o novo código civil regula a vida de todos os cidadãos brasileiros e uma das principais mudanças implementadas trata da maioridade civil que antes era alcançada aos 21 anos e hoje é aos 18 apenas. A partir de agora, com esta idade já é possível, por exemplo, casar, adquirir empréstimo bancário e financiamento sem a necessidade de autorização ou assistência dos pais. E para os fundos de pensão e seus participantes também há mudanças.

Uma das questões mais polêmicas que pode interferir nas entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs) é exatamente a antecipação da maioridade civil já que ela está relacionada ao pagamento de pensões por morte. Algumas EFPCs deter-

minam em seus regulamentos que este tipo de benefício deve ser pago aos filhos até que eles atinjam a maioridade civil. Assim, aqueles que o receberiam até os 21 anos, com a mudança, deixariam de obtê-lo aos 18.

Para Tânia Mary Corrêa Neves, advogada da Consultoria Towers Perrin, isso não deverá acontecer devido às especificidades de cada regulamento de plano de benefícios. “Embora o novo código civil brasileiro seja o diploma legal que regula as relações entre as pessoas, suas disposições deverão conviver com leis específicas que regem determinados assuntos, a exemplo da Lei Complementar nº 109/2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar”.

Na Funsejem, sob esse aspecto, nada muda já que seu plano não vinculou o pagamento da pensão por morte à maioridade civil e sim à idade inferior a 21 anos. A única alteração referente ao assunto é operacional. Antes, o pagamento da pensão dos filhos menores de 21 anos era feito diretamente ao responsável pelo menor que, na maioria dos casos, é o cônjuge sobrevivente, também beneficiário. Agora, esses filhos continuarão a receber o benefício até completar a idade prevista nos regulamentos da Funsejem, porém, a parte da pensão relativa aos filhos de 18 ou mais anos de idade deverá ser paga diretamente aos mesmos, pessoalmente ou por conta bancária indicada, permanecendo o cônjuge recebendo apenas a sua parte e a dos demais filhos menores de 18 anos. 



Tânia Mary Corrêa Neves, advogada da Consultoria Towers Perrin

NOTÍCIAS

Mudança na Aposentadoria Postergada

No início do ano passado, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) determinou que o participante, ao postergar a aposentadoria, não mais perderia parte do saldo da patrocinadora. Antes, de acordo com o regulamento da Funsejem, este saldo reduzia-se mês a mês assim que dois anos da elegibilidade à Aposentadoria Normal tivessem transcorrido e o participante permanecesse na ativa – regra que caracteriza a Postergada. A redução do saldo totalizava 5% ao ano e perseguia até a aposentadoria ser, finalmente, requerida.

As alterações nos regulamentos já foram providenciadas junto à SPC e embora os novos textos ainda não tenham sido aprovados, a norma já é aplicada, conforme orientação do órgão.

O plano VCNORDESTE tem características diferentes, mas seus participantes também foram beneficiados com a mudança. Lá, um participante perderia o direito ao saldo total da patrocinadora ao completar 70 anos e optar por continuar trabalhando. Agora, não mais. 

